

SABERES INDÍGENAS E ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Raquel Silva de Oliveira ¹

Amanda Mariana Braga Xavier ²

Erika da Silva Faria ³

Yasmin Luanne Alves Coelho ⁴

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Isabel Cristina França dos Santos ⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância dos saberes indígenas no processo de alfabetização a partir de uma perspectiva decolonial, promovendo um ensino que valorize a diversidade cultural e linguística dos povos originários no Apoio de Aprendizagem do Movimento República de Emaús. Para isso, foram apresentadas atividades lúdicas que as narrativas, oralidade e conhecimentos tradicionais indígenas estivessem presente no ensino da leitura e da escrita, permitindo aos educandos uma aproximação com suas próprias raízes culturais e com a história do território em que vivem, tornando o aprendizado mais significativo e conectado à realidade deles de modo a desafiá-los a cada encontro. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa-ação, de cunho qualitativo. O estudo fundamenta-se em autores como Baniwa (2019), Walsh (2014), Ribeiro (2017), Rojo (2009) e Bartolomé (1994) dentre outros que nos ajudaram a refletir e propor uma diversidade de ações que envolveram os familiares também. Os resultados indicam que a inserção dos saberes indígenas na alfabetização ampliou o repertório linguístico e cultural dos educandos, favorecendo a autonomia na escrita e o interesse pela leitura. Além disso, o uso de narrativas orais e histórias indígenas estimularam a criatividade e fortaleceram a identidade dos estudantes, promovendo maior engajamento no processo de aprendizagem onde a valorização dos conhecimentos indígenas na educação reforça a necessidade de um ensino decolonial, crítico e plural, que respeite e celebre a diversidade de saberes presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Alfabetização, Cultura, Decolonialidade, Saberes Indígenas.

INTRODUÇÃO

A alfabetização abrange muito mais do que apenas o aprendizado de ler ou/e

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará- UFPA, raquel.oliveira@iemci.ufpa.br.

² Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará- UFPA, amanda.xavier@iemci.ufpa.br.

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará- UFPA, erika.faria@iemci.ufpa.br.

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará- UFPA, yasminluanne@gmail.com.

⁵ Professora orientadora: Dr^ª em Educação e docente associada III do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. (UFPA). irodrigues@ufpa.br



escrever, ela está relacionada à formação de indivíduos críticos, conscientes e que estão em sintonia com seu contexto sociocultural. Nesse sentido, Freire (1996, p. 30) ressalta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, o que reforça a importância de uma educação que valorize os diferentes saberes, reconhecendo as experiências culturais e históricas dos povos indígenas como parte fundamental do processo educativo.

Por isso, é fundamental refletir sobre os saberes indígenas a partir de uma visão decolonial, com o propósito de repensar abordagens pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural e linguística presente no país. De acordo com Baniwa (2019, p. 42), “valorizar os saberes indígenas na educação é reconhecer a existência de múltiplas racionalidades e formas de ensinar e aprender que fazem parte da riqueza cultural brasileira”.

Assim a abordagem decolonial sugere derrubar as estruturas de poder e conhecimento que resultam da colonialidade, atribuindo valor a outras epistemologias e modos de vida. Portanto, incluir os saberes indígenas no processo alfabetizador é uma forma de reconhecer a importância das narrativas orais, mitos, tradições e os métodos próprios de ensino e aprendizagem dessas culturas. Como afirma Walsh (2014), a decolonialidade envolve “desobediência epistêmica”, ou seja, a criação de espaço para diferentes maneiras de pensar e produzir conhecimento, desafiando a lógica predominante das escolas ocidentais.

No Movimento República de Emaús, o apoio de aprendizagem, que auxilia no ensino da alfabetização, visa incentivar o diálogo entre a diversidade cultural e o aprimoramento tríade (leitura, escrita e oralidade), para que os alunos se sintam representados no que estudam. As atividades realizadas, com base em práticas lúdicas e interativas, buscaram incorporar aspectos da oralidade, da arte e das narrativas indígenas, promovendo um aprendizado mais significativo e alinhado às vivências e à identidade das crianças.

Dessa forma, ao abordar os saberes indígenas na alfabetização sob uma perspectiva decolonial é uma maneira de reconhecer e valorizar conhecimentos que foram historicamente marginalizados, fortalecendo uma educação que respeita as diferenças e enriquece o sentimento de pertencimento cultural. Ao integrar esses saberes, a escola se torna um local de resistência e mudança, capaz de formar indivíduos



críticos, criativos e conscientes da diversidade que caracteriza o Brasil.

A alfabetização é um fenômeno intrincado que abrange mais do que apenas a habilidade de ler e escrever. Envolve uma ação social e política que demanda a consideração da cultura, da identidade e do histórico dos alunos. Freire (1996) enfatiza que a alfabetização vai além da simples transmissão de informações, pois deve proporcionar um ambiente onde os alunos possam desenvolver seu conhecimento de forma crítica.

No contexto histórico, a alfabetização no Brasil foi amplamente moldada por uma perspectiva eurocêntrica que marginalizou e silenciou os conhecimentos indígenas, assim como outras formas de saber locais. Essa prática educacional perpetuou o que Quijano (2005) chama de colonialidade do saber, um mecanismo de dominação que cria desigualdades entre diferentes tipos de conhecimento, relegando aqueles que não se alinham com a lógica ocidental a um status inferior. Assim, a forma tradicional de alfabetização frequentemente ignora as práticas culturais, linguísticas e pedagógicas das comunidades originárias, restringindo a aprendizagem a uma simples memorização de códigos linguísticos e conteúdos universais.

A perspectiva decolonial, de acordo com Walsh (2014), sugere uma quebra com essa lógica dominante, valorizando diferentes epistemologias e formas de saber que têm um contexto histórico, onde a inclusão dos conhecimentos indígenas no processo de alfabetização possibilita reconhecer que essas comunidades têm seus próprios métodos de organizar, transmitir e compreender o saber, frequentemente centrados na oralidade, na interação com o coletivo.

Nesse sentido a interculturalidade surge como um princípio pedagógico fundamental. Bartolomé (1994, p. 56) aponta que "a interculturalidade não se restringe ao encontro de culturas, mas envolve um diálogo horizontal entre saberes que se reconhecem como igualmente relevantes". Essa perspectiva expande a função da escola, que não é mais apenas um local de transmissão unidirecional de conhecimento, mas se torna um espaço para diálogo, escuta e valorização da diversidade.

Assim, as práticas pedagógicas devem incluir atividades que integrem narrativas, mitos, tradições e vivências indígenas, favorecendo um aprendizado significativo e a construção da identidade cultural dos estudantes. Assim, Rojo (2009), afirma que diferentes comunidades têm modos específicos de ler, escrever e entender o



mundo. Ao reconhecer esses letramentos, a escola amplia o repertório cultural dos alunos e reforça a importância de uma alfabetização que se conecte com suas realidades. Nesse sentido, a inclusão dessas atividades não só fortalece as habilidades linguísticas, mas também estabelece conexões entre a aprendizagem formal e os saberes locais.

Além do aspecto educativo, a inclusão dos conhecimentos indígenas na alfabetização tem repercussões políticas e sociais significativas. Ribeiro (2017, p. 18) menciona que "o Brasil é uma nova Roma, uma nação em desenvolvimento, que abriga uma rica diversidade de culturas e tradições". Onde ao reconhecer essa pluralidade no ambiente escolar é um ato de justiça tanto social quanto epistemológico, combatendo a marginalização histórica dos povos nativos e incentivando uma cidadania crítica.

A alfabetização decolonial, portanto, vai além de ações isoladas, ela envolve uma nova metodologia educacional, que relaciona o aprendizado das competências de leitura, escrita e oralidade, com o desenvolvimento de uma consciência cultural.

Ao incorporar os conhecimentos indígenas nas atividades, oferecemos aos estudantes a chance de se verem como protagonistas, capazes de compreender e transformar seu entorno, fortalecendo sua identidade e enriquecendo seu repertório cultural. Como Freire (1996) ressalta, essa perspectiva não se limita a ensinar a decifrar palavras, mas promove a interpretação do mundo, favorecendo uma educação transformadora, inclusiva e diversa.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, com base na pesquisa-ação, por compreender que essa metodologia permite a articulação entre teoria e prática, promovendo transformações no campo educacional ao mesmo tempo em que se constroi o conhecimento.

A pesquisa-ação, segundo Thiollent (2011), é caracterizada pela participação ativa dos sujeitos envolvidos, visando à resolução de problemas concretos e à produção de saberes a partir da experiência coletiva.



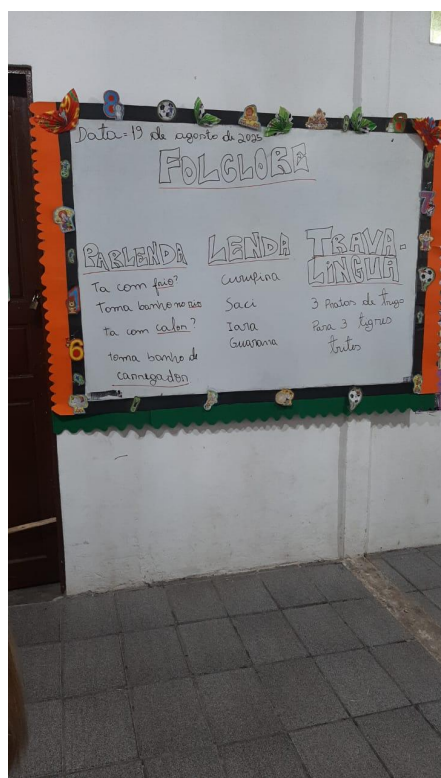


Foto 1

A pesquisa foi realizada no Apoio de Aprendizagem do Movimento República de Emaús, localizado em Belém do Pará. A instituição é conhecida por sua atuação junto a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo ações educativas voltadas para o fortalecimento da cidadania, da inclusão e da equidade. Tendo como público-alvo educandos em processo de alfabetização, majoritariamente pertencentes a famílias oriundas dos entornos do Emaús.

As atividades desenvolvidas ocorreram durante encontros semanais, ao longo de um semestre letivo. A proposta pedagógica foi construída de forma colaborativa com a equipe de educadores e teve como foco a inserção dos saberes indígenas no processo de alfabetização. Para isso, foram elaboradas atividades lúdicas, contação de histórias indígenas, rodas de conversa, oficinas de escrita e desenho, leitura de mitos e produção de textos a partir da oralidade e de experiências culturais dos próprios educandos.





Foto 2

A metodologia foi desenvolvida a partir de uma abordagem lúdica e decolonial, valorizando os saberes tradicionais e a diversidade cultural brasileira. As atividades incluíram contação de histórias sobre lendas do folclore e narrativas indígenas, promovendo a oralidade, a escuta e o diálogo.

Foram também trabalhadas parlendas, cantigas e trava-línguas, estimulando a expressão oral e o reconhecimento das diferentes formas de linguagem. Como complemento, aplicaram-se caça-palavras e palavras cruzadas com vocabulário temático, reforçando o aprendizado da leitura e escrita.





Foto 3

Por fim, cada criança participou da montagem de um painel coletivo sobre as lendas, recortando e ilustrando elementos simbólicos, o que favoreceu a criatividade e o trabalho em grupo. Todas as ações buscaram integrar o ensino da língua à valorização dos saberes culturais e à formação de uma consciência crítica e plural.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A escolha dos conteúdos e das estratégias metodológicas partiu do reconhecimento da importância da oralidade, da memória coletiva e das tradições indígenas como formas legítimas de conhecimento. Além disso, buscou-se promover a participação ativa das famílias, por meio de momentos de escuta, partilha de saberes e contribuições sobre suas vivências culturais.

Essa metodologia possibilitou não apenas a investigação do objeto de estudo, mas também a transformação do processo educativo, uma vez que o fazer pedagógico



foi constantemente revisto, adaptado e enriquecido a partir das interações e aprendizados coletivos.

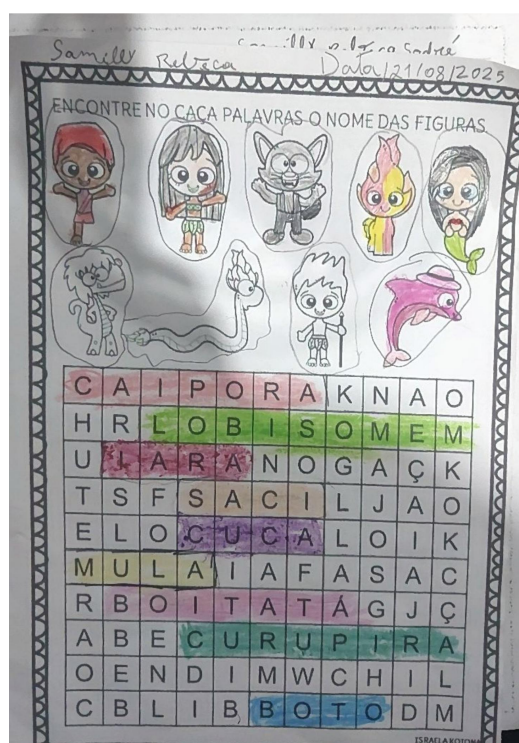


Foto 4

Os resultados obtidos revelaram avanços significativos no processo de alfabetização dos educandos e na valorização da identidade cultural. A inserção dos saberes indígenas possibilitou um aprendizado mais efetivo, crítico e participativo, em que as crianças se tornaram protagonistas de suas próprias descobertas.

Observou-se que o uso da oralidade e das narrativas tradicionais ampliou o vocabulário dos alunos e despertou o interesse pela leitura e pela escrita. As produções textuais mostraram maior fluidez e criatividade, demonstrando que o vínculo entre palavra e cultura fortalece o processo de construção do conhecimento.

Além disso, a presença das famílias contribuiu para o fortalecimento dos laços comunitários e para a valorização das experiências culturais cotidianas. Essa dimensão coletiva reafirma o que Freire (1996) propõe sobre o ato de ensinar como prática de liberdade, onde o conhecimento é construído no diálogo e na troca de saberes.

Os resultados corroboram também o pensamento de Rojo (2009), ao destacar que diferentes comunidades possuem modos próprios de letramento. A valorização



dessas práticas resultou em maior engajamento dos estudantes, demonstrando que a alfabetização decolonial é capaz de reconhecer e integrar múltiplas epistemologias.

Portanto, a experiência realizada no Movimento República de Emaús reafirma a importância de uma educação que rompa com a colonialidade do saber (Quijano, 2005) e promova um diálogo horizontal entre culturas (Bartolomé, 1994), tornando o ambiente escolar um espaço de resistência, escuta e reconstrução identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica aqui apresentada demonstrou que a integração dos saberes indígenas ao processo de alfabetização é uma prática transformadora. Ao valorizar as narrativas, as tradições e a oralidade desses povos, a alfabetização assume um caráter mais humano, plural e contextualizado, em sintonia com os princípios da decolonialidade.

Os resultados evidenciam que quando o ensino dialoga com a cultura dos educandos, o aprendizado se torna mais significativo e participativo. As crianças desenvolvem não apenas competências linguísticas, mas também consciência crítica, autoestima e senso de pertencimento.

Portanto, reafirma-se a necessidade de uma educação que rompa com paradigmas eurocêntricos e reconheça a diversidade como eixo central do processo educativo. O Movimento República de Emaús se consolida, assim, como um espaço de resistência e inovação, onde o ato de alfabetizar é também um ato de libertação, reconhecimento e valorização da identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena e interculturalidade: desafios, políticas e práticas**. Brasília: MEC, SECADI, 2019.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Interculturalidade e decolonialidade: desafios para a educação latino-americana**. México: Siglo XXI, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In:* Crítica y Emancipación: Perspectivas Latinoamericanas. Lima: Sur, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Quito: Abya-Yala, 2014.

